

Demonstrações Financeiras
Intermediárias
Em 30 de Junho de 2024

Austral Seguradora S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias
30 de junho de 2024

Sumário

Relatório da Administração	03
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	06
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	08
Balancos Patrimoniais	13
Demonstrações do Resultado	15
Demonstrações do Resultado Abrangente	16
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	17
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	19

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras intermediárias referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Contexto Organizacional

A Austral Seguradora S.A. ("Companhia") obteve aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações no dia 25 de outubro de 2010 e tem como foco estratégico a operação em seguros corporativos especializados nos ramos de Seguro Garantia, Riscos de Petróleo, Riscos de Engenharia, Riscos Nomeados e Operacionais, Compreensivo Empresarial, Lucros Cessantes, Responsabilidade Civil Geral, Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O), Responsabilidade Civil - Riscos Ambientais, Responsabilidade Civil Profissional (E&O).

Com o objetivo de ser uma empresa competitiva no mercado, a Companhia tem como principal característica a especialização e customização de seus produtos, promovendo soluções diferenciadas e inovadoras para seus clientes e na transferência de risco para seus parceiros.

Em 15 de maio de 2024, a AM Best, agência global de avaliação de riscos do segmento de Financeira (FSR) para seguros e resseguros, reafirmou o rating de Força "A-" (Excelente) e o Rating de Crédito de Longo Prazo (ICR de Longo Prazo) para "A-" (Excelente) do Grupo Austral. A perspectiva do grupo foi destacada como estável.

Na avaliação da AM Best, o rating atual reflete a elevada força do balanço patrimonial consolidado do Grupo Austral, caracterizado pela agência como "strongest". O relatório destaca ainda o amplo programa de gerenciamento de riscos, os resultados positivos do semestre e a redução na exposição nas linhas de negócio que apresentam maior volatilidade, além da sólida estratégia de resseguro para proteção e mitigação dos riscos que assume.

Desempenho das Operações

A seguir os principais números e indicadores da Austral Seguradora, nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023:

(Valores em milhões de reais, exceto quanto aos percentuais)

Descrição	30/06/2024	30/06/2023	Variação	Variação (%)
Prêmios Emitidos Líquidos	864,5	852,7	11,8	1,4%
Prêmios Ganhos	602,5	598,3	4,2	0,7%
Sinistros Ocorridos	(99,6)	(38,7)	(60,9)	157,6%
Despesas Administrativas	(20,3)	(20,9)	0,7	-3,3%
Resultado Financeiro	19,5	17,0	2,5	14,5%
Lucro líquido do semestre	17,6	14,8	2,8	19,0%
Patrimônio líquido	264,8	236,8	28,0	11,8%
Índice de Despesas Administrativas	2,3%	2,5%	-0,2	p.p
Índice de Sinistralidade	16,5%	6,5%	10,0	p.p
Índice Combinado	98,3%	98,7%	-0,4	p.p

- **Prêmios**

Os prêmios emitidos líquidos da Companhia atingiram o valor de R\$ 864,5 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2024, apresentando um aumento de 1,4% frente aos R\$ 852,7 milhões registrados no mesmo semestre em 2023. O crescimento das receitas nesse semestre foi positivamente impactado pelo maior volume de emissões no ramo de: Garantia (público e privado), com crescimento de R\$ 38,7 milhões. Este movimento foi suavizado pelo ramo Petróleo que registrou uma redução de 2,5% nos prêmios emitidos entre os primeiros semestres de 2024 e 2023.

- **Sinistralidade**

O ramo Garantia registrou a excelente sinistralidade de 0,9% no semestre findo em 30 de junho de 2024 (7,3% em 30 de junho de 2023), apesar desta redução, a cia registrou uma sinistralidade de 16,5% no primeiro semestre de 2024 (6,5% em 30 de junho de 2023), influenciado, majoritariamente, por um sinistro no ramo Petróleo com relevante cessão de resseguro.

- **Despesas Administrativas**

O controle das despesas administrativas continua sendo um pilar importante para a eficiência da Companhia, refletindo uma leve redução de 0,2p.p. em relação ao mesmo semestre de 2023, atingindo um índice de despesas administrativas de 2,3% para o semestre findo em 30 de junho de 2024.

- **Resultado Financeiro**

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2024, a Companhia apresentou um resultado financeiro de R\$ 19,5 milhões (R\$ 17,0 milhões em 30 de junho de 2023). Apesar da taxa Selic ter reduzido em mais de 20% comparando o primeiro semestre de 2024 com o mesmo semestre de 2023, o aumento dos saldos de Disponível e Aplicações Financeiras de R\$ 40,6 milhões (R\$ 372,4 milhões em 30 de junho de 2024 e R\$ 331,8 milhões em 30 de junho de 2023) contribuiu para o aumento nominal do resultado financeiro em conjunto com a constante análise da companhia para as melhores oportunidades alinhadas com sua estratégia.

Os Administradores declaram que a Companhia possui capacidade financeira que viabiliza as perspectivas para os próximos exercícios. Ademais, declaram não haver nesse semestre qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

- **Lucro e Patrimônio Líquido**

Como consequência dos fatores destacados acima, a Companhia apresentou um crescimento de 19,0% no lucro líquido, atingindo R\$ 17,6 milhões (R\$ 14,8 milhões no mesmo semestre em 2023). O patrimônio líquido apurado foi de R\$ 264,8 milhões (R\$ 236,8 milhões em 30 de junho de 2023) representando um crescimento de 11,8% e o ativo total atingiu o montante de R\$ 3.196,6 bilhões em 30 de junho de 2024 (R\$ 2.664,1 bilhões em 30 de junho de 2023).

A Administração da Companhia reforça seu comprometimento constante com a melhoria dos processos operacionais e o desenvolvimento de controles e com a adoção das melhores práticas de governança corporativa.

A Companhia planeja manter sua trajetória de crescimento rentável e presença relevante nos mercados em que atua, mantendo uma política de subscrição baseada nas melhores técnicas, com estrutura de capital adequada, equipe qualificada e foco em eficiência e agilidade no atendimento a clientes e parceiros de negócio.

Distribuição de Dividendos

De acordo com o seu Estatuto Social, a companhia possui uma política de reinvestimento, onde poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimento”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingência, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.

Agradecimentos

Por fim, a Companhia agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2024.

Administração.

Relatório do Comitê de Auditoria

Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Seguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a Austral Seguradora S.A. (Austral Seguradora ou “Companhia”), funciona em conformidade com o seu estatuto social da Companhia e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras intermediárias, (ii) a eficácia do sistema de controles internos, e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2024, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras intermediárias.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras intermediárias e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Seguradora.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Austral Seguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras intermediárias.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras intermediárias da Austral Seguradora S.A., correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024, devidamente auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2024

Laenio Pereira dos Santos
Presidente

Jorge Augusto Hirs Saab
Membro

Elizabeth Vieira Valente Bartolo
Membro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Diretores e Acionistas da
Austral Seguradora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Austral Seguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Seguradora S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do semestre corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas atuariais de contratos de seguros e ativos de resseguro

Conforme divulgado na nota explicativa nº 13, em 30 de junho de 2024, a Companhia possui saldos constituídos de provisões técnicas atuariais decorrentes dos contratos de seguros e ativos de resseguros decorrentes dos riscos cedidos, estimados com base em julgamento profissional realizado por parte da diretoria na definição das metodologias e premissas, tais como: sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxa de desconto, despesas relacionadas aos riscos assumidos, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

A avaliação dessas metodologias e premissas foi considerada o principal assunto de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos, da subjetividade e da complexidade do processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos e não avisados, à provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes e não emitidos e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos e premissas atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros e ativos de resseguros decorrentes dos riscos cedidos firmados pela Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (ii) a realização de testes de integridade, completude e consistência, em bases amostrais, das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas e dos respectivos ativos de resseguros decorrentes dos riscos cedidos; (iii) a realização de cálculos independentes sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (iv) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício e semestre anteriores

Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatórios de auditoria em 26 de fevereiro de 2024 e 29 de agosto de 2023, respectivamente, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.



EY

Building a better
working world

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor fixado pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Building a better
working world

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Marcelo Felipe L. de Sá
Sócio
Contador CRC RJ-094644/O

Balancos Patrimoniais

30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo			
Circulante		2.395.459	1.938.061
Disponível		27.141	9.057
Aplicações financeiras	5	170.801	194.250
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	950.466	731.720
Prêmios a receber		932.002	703.214
Operações com seguradoras		857	2.727
Operações com resseguradoras		17.607	25.779
Outros créditos operacionais		2.021	1.906
Ativos de resseguro	13	1.159.736	933.829
Títulos e créditos a receber	8	33.948	17.885
Créditos tributários e previdenciários		33.236	17.607
Depósitos judiciais e fiscais		108	108
Outros créditos		604	170
Despesas antecipadas		43	213
Custos de aquisição diferidos	9	51.303	49.201
Não circulante		801.188	504.349
Realizável a longo prazo		790.760	494.869
Aplicações financeiras	5	174.461	166.757
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	199.747	78.183
Ativos de resseguro	13	327.732	170.251
Títulos e créditos a receber	8	10.601	11.803
Outros valores e bens		9.072	7.821
Custos de aquisição diferidos	9	69.147	60.054
Investimentos		500	500
Imobilizado		1.173	1.500
Intangível		8.755	7.480
Total do ativo		3.196.647	2.442.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Balanços Patrimoniais

30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Passivo	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Circulante		2.264.484	1.823.523
Contas a pagar		60.551	43.746
Obrigações a pagar		1.195	21.181
Impostos e encargos sociais a recolher	10	53.573	20.438
Encargos trabalhistas		2.580	2.127
Impostos e contribuições		3.203	-
Débitos de operações com seguros e resseguros		889.021	699.434
Prêmios a restituir		7.652	10.763
Operações com seguradoras		22.034	15.660
Operações com resseguradoras	11	816.737	634.226
Corretores de seguros e resseguros		41.009	33.849
Outros débitos operacionais		1.589	4.936
Depósitos de terceiros	12	9.161	14.055
Provisões técnicas	13	1.304.604	1.064.983
Outros débitos		1.147	1.305
Não circulante		667.391	369.132
Contas a pagar		-	99
Obrigações a pagar		-	99
Débito das operações com seguros e resseguros		176.196	68.991
Operações com seguradoras		17.771	6.129
Operações com resseguradoras	11	137.845	48.333
Corretores de seguros e resseguros		20.580	14.529
Provisões técnicas	13	482.022	292.403
Outros débitos		9.173	7.639
Patrimônio líquido	16	264.772	249.755
Capital social		116.125	116.125
Aumento do capital social (em aprovação)		17.400	-
Reserva de capital		4.528	4.376
Reservas de lucros		116.058	133.458
Ajuste com títulos e valores mobiliários		(6.838)	(4.204)
Lucros acumulados		17.499	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.196.647	2.442.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstrações do Resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Prêmios emitidos		864.485	852.737
Variações das provisões técnicas de prêmios		(262.004)	(254.415)
Prêmios ganhos	21/22.a	602.481	598.322
Sinistros ocorridos	22.b	(99.559)	(38.647)
Custos de aquisição	22.c	(27.497)	(24.499)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	(1.211)	(1.823)
Resultado com resseguro	22.e	(435.586)	(497.612)
Despesas administrativas	22.f	(20.251)	(20.934)
Despesas com tributos	22.g	(8.428)	(7.183)
Resultado financeiro	22.h	19.476	17.013
(=) Resultado antes dos impostos e participações		29.425	24.637
Imposto de renda	19	(7.254)	(6.130)
Contribuição social	19	(4.392)	(3.706)
Participações sobre o lucro		(211)	(41)
(=) Lucro líquido do semestre		17.568	14.760
Quantidade de ações		69.151.585	69.177.394
Lucro líquido por ações - em reais	20	0,2540	0,2134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações de Resultado Abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Lucro líquido do semestre		17.568	14.760
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)			
Variação do valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	5.c	(4.388)	5.133
Redução ao valor recuperável (RVR) – títulos e valores mobiliários		(1)	-
Efeito do imposto de renda e contribuição social	8.b.1	1.755	(2.053)
Total de resultados abrangentes do semestre, líquido dos impostos		(2.634)	3.080
Total de resultados abrangentes do semestre		14.934	17.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reservas de lucros			Ajuste TVM	Lucros acumulados	Total
			Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	107.025		3.495	12.139	103.966	(8.334)	-	218.291
Aumento de capital - Portaria 1434 de 18/05/2023	9.100	-	-	-	(9.100)	-	-	-
Ganho não realizado nos títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	-	-	-	-	-	3.080	-	3.080
Incentivo baseado em ações	-	-	608	-	23	-	-	631
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	14.760	14.760
Saldos em 30 de junho de 2023	116.125	-	4.103	12.139	94.889	(5.254)	14.760	236.762
Saldos em 31 de dezembro de 2023	116.125	-	4.376	14.260	119.198	(4.204)	-	249.755
Adoção Inicial da redução ao valor recuperável (RVR)	-	-	-	-	-	-	(69)	(69)
Aumento de capital (em aprovação) AGOE 28/03/2024	-	17.400	-	-	(17.400)	-	-	-
Perda não realizada nos títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	-	-	-	-	-	(2.633)	-	(2.633)
Redução ao valor recuperável (RVR) - títulos valores mobiliários	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Incentivo baseado em ações	-	-	152	-	-	-	-	152
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	17.568	17.568
Saldos em 30 de junho de 2024	116.125	17.400	4.528	14.260	101.798	(6.838)	17.499	264.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	17.568	14.760
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	2.481	1.901
Perda por redução ao valor recuperável	102	267
Provisões técnicas líquidas de ativos de resseguros	66.552	43.464
Outros ajustes	3.619	6.213
	90.322	66.605
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	13.040	(40.006)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(321.410)	(39.157)
Títulos e créditos a receber	(370)	(841)
Depósito de terceiros	(4.893)	1.265
Custos de aquisição diferidos	(11.195)	(9.259)
Impostos e contribuições	(17.384)	(11.308)
Débitos de operações com seguros e resseguros	277.799	23.867
Obrigações a pagar	36.975	14.181
Depósitos judiciais e fiscais	-	(12)
Outros créditos	56	258
Sinistros pagos	(20.710)	(9.217)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.299)	(4.925)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	37.931	(8.549)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(14)	(10)
Aquisição de intangível	(2.659)	(2.533)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(2.673)	(2.543)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre capital próprio	(15.970)	-
Arrendamentos	(1.204)	(932)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(17.174)	(932)
Aumento/ (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	18.084	(12.024)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	9.057	26.332
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	27.141	14.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Austral Seguradora S.A. (“Companhia”) com sede no Brasil e matriz localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 – 3º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado, e tem por objeto a exploração de operações de seguros e cosseguros nos ramos de danos, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 2010.

A Companhia é controlada pela Austral Participações S.A., a qual é detentora da totalidade das ações.

Adicionalmente, a Companhia atende a todos os requisitos regulatórios de suficiência de capital, garantia das provisões técnicas e liquidez.

1.1. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia concentra suas operações nos ramos de seguro garantia, tanto público quanto privado, riscos de petróleo, responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O), responsabilidade civil profissional (E&O), responsabilidade civil geral (RCG) e riscos nomeados e operacionais. A Companhia avalia permanentemente as linhas de negócio atuais e potenciais que estão alinhadas com sua estratégia de negócios e perspectivas de rentabilidade adequadas. Nesse sentido, a Companhia reavaliou sua operação no segmento de transportes e riscos marítimos (casco) e decidiu por colocá-las em *run-off*, mantendo sempre o compromisso com as obrigações anteriormente assumidas.

A Companhia atua em todo o território brasileiro, predominantemente nas seguintes linhas:

i. Seguro Garantia – setor público e setor privado

Este seguro garante o cumprimento de obrigações contratuais assumidas pela parte contratada (tomador), junto ao contratante (segurado). O Seguro Garantia protege contra eventuais prejuízos ocasionados pelo descumprimento de cláusulas em um contrato.

O Seguro Garantia substitui outras formas de garantia comumente utilizadas no mercado, apresentando algumas vantagens, sendo as principais: (i) não compromete as linhas de crédito das empresas, deixando seus recursos financeiros livres para a sua atividade operacional; (ii) agilidade na contratação e (iii) menor onerosidade econômica.

O Seguro Garantia é normalmente exigido em contratações da Administração Pública ou do setor privado, para assegurar o cumprimento de obrigações em contratos de construção, fornecimento, prestação de serviços, concessões de serviços públicos, participação em licitações, além de ser amplamente utilizado em processos judiciais, visando garantir o juízo.

Entre as modalidades de Seguro Garantia oferecidas pela Companhia, destacam-se:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

- **Seguro Garantia Judicial:** este seguro garante valores em discussão em ações judiciais que exigem depósito em juízo ao longo dos processos, como nova garantia ou em substituição a garantia previamente existente, seja em âmbito cível, trabalhista, tributário ou em depósitos recursais, inclusive em procedimentos incidentais ou medidas de urgência, a exemplo de cautelares, mandados de segurança, e outras.
- **Seguro Garantia Administrativo para Créditos Tributários:** este seguro atesta a veracidade dos créditos tributários informados pelo tomador em processos administrativos no âmbito federal, estadual ou municipal, sendo geralmente utilizado para liberação dos referidos créditos ou ainda para cobrir a permanência do tomador em regimes especiais de tributação.
- **Seguro Garantia Aduaneiro:** este seguro garante o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao Termo de Responsabilidade a que se refere o Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, em conformidade com as Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal sobre o assunto.
- **Seguro Garantia do Licitante:** este seguro garante que em licitações públicas ou privadas, o tomador vencedor do certame mantenha sua proposta e assine o contrato nas condições apresentadas e dentro do prazo estabelecido no edital. Este seguro é frequentemente solicitado em procedimentos licitatórios como leilões, concorrências públicas, tomadas de preços e cartas convites.
- **Seguro de Garantia de Construção, Fornecimento ou Prestação de serviços:** esta modalidade garante o cumprimento de todas as obrigações assumidas no contrato para construção, fornecimento ou prestação de serviços, protegendo o segurado contra o risco de inadimplência do tomador.
- **Seguro Garantia de Concessões:** este seguro garante o cumprimento de todas as obrigações assumidas no contrato de concessão para exploração de um bem ou serviço público como rodovias, saneamento, energia, entre outros.
- **Seguro Garantia de Adiantamento de Pagamentos:** este seguro garante que os valores recebidos a título de adiantamento em contratos sejam destinados à execução imediata do objeto contratual, ou seja, a realização da etapa prevista de uma obra, por exemplo, até sua conclusão. Este tipo de seguro permite, por exemplo, a liberação de recursos para um fornecedor, sem que o mesmo tenha que utilizar seu fluxo de caixa e, para o contratante, representa uma garantia que os recursos adiantados serão aplicados no fornecimento do equipamento ou na realização das obras conforme previsto contratualmente.
- **Seguro Garantia de Manutenção Corretiva:** este seguro garante a execução de ações corretivas apontadas pelo contratante e necessárias para a reparação de problemas ocorridos no decorrer da execução contratual, por responsabilidade exclusiva do tomador.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

ii. Seguros de Riscos de Petróleo

O Seguro de Riscos de Petróleo garante cobertura para bens, equipamentos e responsabilidade civil, decorrente dos riscos ligados às operações de prospecção, exploração, perfuração e produção de petróleo e/ou gás, em terra (“*onshore*”) e no mar (“*offshore*”). Além disso, também garante a cobertura para obras e construções ligadas ao setor, bem como para perdas de receitas derivadas de interrupção de negócios.

Os segurados desse produto podem ser os operadores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que operam no ramo de petróleo e gás e para coberturas de riscos de construção de equipamentos *offshore*.

iii. Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)

O Seguro D&O cobre os valores devidos a terceiros por diretores ou executivos da empresa contratante do seguro em virtude de investigações e processos judiciais, administrativos ou arbitrais relacionados à sua atuação na capacidade de administradores da sociedade contratante. Isso inclui, mas não se limita a processos de natureza cível, trabalhista, tributária, consumerista ou previdenciária, em virtude da responsabilidade pessoal, solidária ou subsidiária do diretor ou executivo.

Entre as coberturas do seguro D&O, podem ser elencadas: (i) indenização direta ao segurado (ex. administrador); (ii) indenização ao tomador (ex. empresa) que tenha adiantado os custos ao segurado; e (iii) indenização aplicada nos casos em que a empresa possui negociação de valores mobiliários, na qual podem ser seguradas, por exemplo, casos de reclamações relacionadas à gestão.

É importante mencionar que esse produto apresenta como possibilidade a contratação de um produto secundário de responsabilidade civil ambiental para diretores e administradores, cobrindo os custos de defesa e eventuais indenizações devidas pelo segurado em reclamações que envolvam danos causados ao meio ambiente sem abranger os custos de limpeza devidos.

iv. Seguro de Responsabilidade Civil Profissional (E&O)

Este seguro possui cobertura para indenização decorrente de reclamações de terceiros contra o segurado, o qual pode ser uma pessoa física ou jurídica especificada na apólice, por falhas profissionais pelas quais o mesmo seja responsabilizado, resultando em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

Este seguro é normalmente utilizado por profissionais liberais e empresas prestadoras de serviço que estejam sujeitas a reclamações sobre o desempenho de sua atividade (ex. escritórios de advocacia), cobrindo os custos de defesa e as eventuais indenizações devidos pelo segurado quando houver sua responsabilização legal em função de eventual falha profissional, sempre conforme termos pactuados nas apólices.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

v. Seguro de Responsabilidade Civil Geral (RCG)

O Seguro de Responsabilidade Civil Geral garante ao segurado o pagamento das indenizações devidas a terceiros quando responsabilizado por danos causados no desempenho de suas atividades, tendo como objetivo proteger o patrimônio do segurado das perdas que podem incorrer em função da sua responsabilidade civil.

Esse seguro pode ser contrato por empresas que desempenhem as mais diversas atividades econômicas e interessadas em proteger seu patrimônio da exposição de causar danos a terceiros, desde o comércio até as mais complexas atividades industriais, passando pelo setor serviços, construção civil, eventos, entretenimento, entre outros.

vi. Seguros de Riscos Nomeados e Operacionais

O Seguro de Riscos Nomeados e Operacionais são aqueles que garantem perdas e danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados. Em geral, oferecem coberturas para incêndio, queda de raio, explosão ou implosão, danos elétricos, quebra de máquinas, inundação, ou seja, danos ligados as operações de plantas industriais ou de empresas nos mais diversos segmentos da economia. Para os casos em que a importância segurada é inferior ao limite estabelecido em legislação de R\$ 100 milhões, a Companhia emite esse tipo de seguro no ramo Compreensivo Empresarial.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas atualizações, da Resolução CNSP nº 453 de 19 de dezembro de 2022, e suas alterações, dos pronunciamentos técnicos, das orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, do Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP".

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de agosto de 2024.

2.1. Base de mensuração

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias estão expressos em reais - (R\$), e foram arredondados para milhares de reais (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos passivos de arrendamento, que foram reconhecidos pelo valor presente das obrigações, e dos seguintes itens, que foram reconhecidos no balanço patrimonial a valor justo:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota 5).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira foram convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação ou do dia útil imediatamente anterior. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações foram reconhecidos no resultado do semestre. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço, e as diferenças decorrentes da conversão foram lançadas diretamente contra o resultado do semestre.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia adotou os requerimentos contidos na circular SUSEP nº 678, de 10 de outubro de 2022, que entre outras providências, aprovou a norma emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 48 - Instrumentos Financeiros, em substituição ao CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, com algumas adaptações.

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

As mudanças trazidas pela Circular nº 678 e consequente adoção do CPC 48, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, quanto a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (RVR) de ativos financeiros e, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, não impactaram materialmente o patrimônio líquido da Companhia.

Em conformidade com o CPC 48, a Companhia optou em não rerepresentar os períodos anteriores em relação à (i) classificação e mensuração de ativos financeiros; (ii) perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros; e (iii) modificações nos termos de ativos e passivos financeiros. As diferenças nos ativos financeiros e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48 foram reconhecidas nos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2024.

Além da adoção do CPC 48, a Circular SUSEP nº 678 instituiu que, na elaboração do Teste de Adequação do Passivo (TAP), entre outras providências, os resultados parciais por grupos de contratos poderão ser compensados nos termos da política contábil da supervisionada.

A seguir são apresentadas cada uma das principais mudanças trazidas com os requerimentos:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Mensuração de perdas de crédito esperadas

O modelo estabelecido pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, que é baseado nas perdas de crédito incorridas.

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de inadimplência da contraparte, uma vez apurados os históricos de perdas observadas e o rating atribuído pelas agências de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Como mencionado anteriormente, as principais alterações em relação à norma emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis introduzidas pela circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, dizem respeito à rubrica de Prêmios a receber e Provisão de prêmios não ganhos de resseguro, onde:

(a) A redução ao valor recuperável (RVR) de Prêmios a receber deverá ser constituída:

- Preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos; ou
- A partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da supervisionada.

(b) A redução ao valor recuperável (RVR) da Provisão de prêmios não ganhos de resseguro deverá ser constituída se:

- Houver evidências objetivas, como resultado de evento que ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo por contrato de resseguro, que a cedente possa não receber todo o valor relacionado a ele nos termos do contrato; e
- O impacto desse evento no valor que a cedente tem a receber do ressegurador pode ser mensurado de forma confiável.

(c) Com exceção da conta de Provisão de Prêmios Não Ganhos de resseguro, a redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador deverá ser calculada a partir do risco de inadimplência de cada ressegurador, o qual deverá considerar, no mínimo:

- O histórico de perdas com o ressegurador;
- Análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador; e
- Eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato de resseguro que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado.

A Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, estabelece que a partir de 2024, o estudo técnico para a avaliação da redução ao valor recuperável passa a ser exigido para todas as supervisionadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Classificação dos instrumentos financeiros

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado, com o resultado líquido, incluindo juros, reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos e reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

A nota explicativa 3 contém informações adicionais sobre as principais políticas contábeis referentes ao reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão resumidas a seguir:

3.1. Disponível

Refere-se ao dinheiro em caixa e saldos positivos em conta corrente, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e se referem a recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao IFRS 9 Financial Instruments) e contabiliza seus instrumentos financeiros como descrito a seguir:

- **Derivativos**

Trata-se de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

respectivas variações são registradas no resultado e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, são usadas cotações de preço de mercado para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. A Companhia tem sua carteira administrada pela Vinci Gestora de Recursos Ltda. e seus ativos são registrados contabilmente pelo valor justo com base na marcação de preços em mercado ativo.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço conforme informado pelos Administradores dos respectivos fundos de investimento. O valor de mercado dos fundos listados em carteira foi obtido a partir do preço negociado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São classificados nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo valor justo e as variações que não sejam decorrentes de perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

- **Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses da data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber, são classificados nesta categoria e são mensurados, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado, deduzido da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.3. Custos de aquisição diferidos

As despesas de comissão de seguro são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3.4. Ativos e passivos de resseguro

Contratos de seguros são os contratos em que a Companhia aceita o risco de seguro significativo de outra parte, concordando em pagar indenização de seguro aos detentores da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado, com efeito adverso sobre o detentor da apólice. Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho, bem como as respectivas parcelas de comissão, reconhecidas no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Os ativos de resseguro são representados por expectativas de valores a receber de resseguradores para os quais a Companhia tenha transferido parte de sua exposição, carteira ou negócios, sendo registrados no curto e longo prazo dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos respectivos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados de forma consistente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e de acordo com os termos e condições de cada contrato de resseguro. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos, substancialmente, por prêmios a pagar em contratos de resseguro.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e sua respectiva base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente, sendo a redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador calculada a partir do risco de inadimplência de cada ressegurador, conforme estudo técnico de redução ao valor recuperável com resseguradores.

A Companhia utilizou as diretrizes estabelecidas pelo(a) Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 - Contratos de Seguro para avaliação das suas operações e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de seguro, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos de resseguros.

3.5. Ressarcimentos

A Companhia apresenta metodologia, descrita em nota técnica atuarial, para constituição de um redutor das provisões de sinistros relativo à expectativa de ressarcimento junto aos segurados nas operações do grupamento de riscos financeiros.

A estimativa corresponde exclusivamente à expectativa de recebimento de ressarcimento de sinistros ainda não pagos, e é registrada no passivo como redutora da provisão de sinistros a liquidar. Quando um sinistro é liquidado (total ou parcialmente) essa estimativa de ressarcimento é transferida para o ativo da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3.6. Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

3.7. Intangível

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimentos implementados em *softwares* de terceiros que são diretamente usados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos incorridos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento inicialmente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. Caso haja indicativo de perda de valor recuperável, testes de *impairment* são aplicados, a fim de indicar eventuais necessidades de ajuste do valor do ativo intangível.

3.8. Provisões técnicas de contratos de seguros

As provisões técnicas para garantia dos contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e CPC 11 - Contratos de Seguro.

Todas as metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico.

- **Provisão de prêmios não ganhos – PPNG**

Provisão constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente.

A parcela da provisão de prêmios não ganhos relativa aos riscos vigentes e já emitidos - PPNG-RVE é calculada de acordo com formulação padrão estabelecida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

A parcela da provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE inclui parcela estimada atuarialmente através do desenvolvimento de prêmios e parcela relativa ao tratamento individual de apólices específicas, já sabidas pelos subscritores de cada linha de negócio, mas ainda não emitidas.

- **Provisão de sinistros a liquidar – PSL**

Provisão constituída para a cobertura dos valores de indenização relativos a sinistros avisados e não pagos até a data-base do cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. A provisão de sinistros a liquidar inclui atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, quando pertinente.

A provisão é constituída a partir de análise individualizada de cada sinistro, correspondendo à melhor estimativa dos valores a pagar dos sinistros já avisados à Companhia.

Para os sinistros do grupo de riscos financeiros, a Companhia estima uma expectativa de ressarcimento advinda da probabilidade de êxito na execução de seus contratos de contragarantia.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados – IBNR**

A provisão de IBNR consiste em estimativa atuarial do montante de sinistros administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não reportados à Companhia até a data-base de cálculo.

A Companhia estima sua provisão utilizando metodologia de triângulo de desenvolvimento de sinistros através dos métodos de *Chain Ladder* e *Bornhuetter-Ferguson*, e analisa a aderência da estimativa via testes de consistências mensais.

Além do montante apurado acima, o valor final de provisão de sinistros ocorridos e não avisados pode ser acrescido de uma parcela adicional advinda da expectativa de sinistro das operações de riscos financeiros. Essa parcela reflete a estimativa de perda das expectativas avisadas que ainda não foram caracterizadas como sinistros.

- **Provisão de despesas relacionadas – PDR**

Provisão constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

A Companhia registra de forma tempestiva todas as despesas relacionadas ao processo de regulação de sinistros avisados e de expectativas de sinistros. Além disso, a provisão contempla estimativa de despesas ainda não incorridas com sinistros já ocorridos, avisados ou não, utilizando metodologia própria com base no seu histórico de despesas para apurar um percentual médio de despesas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

- **Provisão de excedente técnico – PET**

É constituída mensalmente para garantir as obrigações decorrentes de possíveis reduções na comissão de resseguro em contratos que prevejam o sistema de comissão escalonada.

- **Teste de adequação de passivo – TAP**

Semestralmente, a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguros e resseguro, vigentes na data-base através do teste de adequação de passivos. O teste de adequação de passivo é realizado, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais, baseados em dados atualizados e consistentes com as informações presentes no mercado financeiro. A Companhia aplica metodologias correspondentes às parcelas do passivo a fim de obter a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia apresenta estimativas de fluxos de caixa em moeda nacional e dólar. Especificamente para operações em moeda nacional, utiliza-se a ETTJ (Estrutura a Termo das Taxas de Juros - evolução das taxas de juros pagas sobre investimentos em renda fixa no Brasil) livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - AMBIMA disponibilizada no *site* da SUSEP para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utiliza-se a curva de cupom cambial disponibilizada pela SUSEP.

As premissas de sinistralidade utilizadas para projeção de sinistros futuros oriundos dos negócios vigentes na data-base do estudo têm como base uma análise criteriosa da carteira, resultados históricos internos e de mercado em cada linha de negócio. O fluxo de despesas relacionadas aos sinistros futuros é resultado da análise de métricas de percentuais históricos. É projetado nesse estudo um fluxo de despesas administrativas para manutenção dos negócios vigentes até o término da obrigação.

A Circular SUSEP nº 678 instituiu que, na elaboração do Teste de Adequação do Passivo (TAP), entre outras providências, os resultados parciais por grupos de contratos poderão se compensados nos termos da política contábil da supervisionada. A Austral Seguradora estabeleceu a Política de Grupamento de Contratos, determinando assim os grupos de contratos que são passíveis de compensação, que guardam estreita relação com as práticas e políticas de subscrição e gerenciamento de riscos do seu Portfolio.

O resultado do teste de adequação de passivo indicou que as provisões constituídas deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro vigentes em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

A comparação entre a provisão de prêmios não ganhos constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Companhia, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

3.9. Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

A Companhia utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes aplicados individualmente a cada contrato de acordo com as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

3.10. Provisões judiciais

As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelo departamento jurídico interno e pela assessoria jurídica externa, dos processos judiciais em curso com provável desembolso futuro. As alterações de estimativas dos processos e os honorários de sucumbência são registrados respectivamente nas linhas de indenizações avisadas e despesas de sinistros, e as atualizações monetárias no resultado financeiro.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente em caráter definitivo, e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.11. Benefícios a empregados

- **Pós emprego e convencionais**

A Companhia não possui benefícios na modalidade pós-emprego, mantendo apenas os benefícios previstos nas convenções coletivas sindicais tais como o plano para participação nos lucros - PLR, o qual está vinculado ao atingimento de metas globais, departamentais e individuais que são estabelecidas e acordadas para cada exercício.

- **Plano de incentivo baseado em ações**

Os incentivos baseados em ações são mensurados e reconhecidos a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o beneficiário adquire o direito completo à ação (data de aquisição).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3.12. Impostos e contribuições

- **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas com base nas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em decorrência das diferenças temporárias, levando-se em consideração a expectativa da Administração sobre a existência de resultados tributáveis futuros para que as diferenças temporárias sejam realizadas.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária.

- **Reforma tributária**

Em dezembro de 2023, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 132/2023, também conhecida como Reforma Tributária sobre o Consumo, a qual altera, substancialmente, a atual forma de tributação de bens e serviços, substituindo os atuais tributos indiretos pela sistemática do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) na modalidade dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação de um Imposto Seletivo (IS).

Por meio da referida Emenda Constitucional, foram definidas as diretrizes gerais do sistema tributário nacional. Para o avanço da Reforma Tributária, faz-se necessária a discussão e aprovação das leis complementares e normatização da matéria. Considerando a etapa atual da reforma, que ainda carece de regulamentação, não é possível estimar os seus impactos. A Companhia continua acompanhando a matéria.

3.13. Redução ao valor recuperável

- **Recebíveis**

A Companhia avalia mensalmente se há evidências de risco de inadimplência nos valores de prêmios a receber, através de uma análise individualizada das contrapartes envolvidas e suas respectivas apólices vencidas no período a partir de 60 dias e sinistros a recuperar em sua totalidade. A metodologia empregada para determinar o risco considera o prazo de vencimento, o fluxo de pagamentos das contrapartes envolvidas, a qualidade do seu score de crédito, histórico de perdas e provisões de prêmios já recebidos que possibilitem compensação de suas apólices. Se em períodos subsequentes houver redução da provisão do valor recuperável, o montante da redução é reconhecido no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

- **Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito baseada no rating, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O déficit de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. O montante da redução ao valor recuperável é reconhecido no patrimônio líquido da Companhia.

- **Ativos de resseguro**

A metodologia utilizada no cálculo da redução ao valor recuperável das contas do ativo cuja contraparte seja um ressegurador consiste no valor esperado da perda da exposição por data-base, segregada por ressegurador, levando em consideração não somente os aspectos quantitativos da avaliação do risco de inadimplência, mas também os aspectos qualitativos inerentes das operações as quais a Companhia está exposta. A análise do risco de crédito com o ressegurador é feita na sua maior parte pela análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador. As principais variáveis consideradas foram as seguintes: Exposição, Probabilidade de Perda (Default) e *Loss Given Default* (LGD).

- **Outros ativos**

Quando há evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

3.14. Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- **Prêmios e comissões**

A contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro.

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados no resultado, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Os prêmios relativos aos contratos de resseguro são registrados como prêmios de resseguros cedidos no resultado e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial.

• Sinistros

Os sinistros decorrentes de seguros incluem todos os eventos que ocorrem durante os períodos, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, deduzidos dos salvados e ressarcimentos e outros montantes recuperados, além de eventuais ajustes de sinistros a liquidar de períodos anteriores.

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados diferentes em períodos subsequentes.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

- Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado e por meio de outros resultados abrangentes (nota 5);
- Avaliação de ativos e passivos de contratos de seguros e resseguro (nota 4 e 13);
- Créditos tributários (nota 8);
- Custos de aquisição diferidos (nota 9);
- Salvados e ressarcimentos (nota 8);
- Provisões judiciais (nota 15); e
- Redução valor recuperável (RVR) - perda esperada (nota 2.3).

3.16. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro.

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido, e apenas a

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria que tenham sido objeto de recompra durante o semestre.

O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária e preferencial no desempenho e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o semestre.

O cálculo da média ponderada das ações ordinárias, considera:

- Quantidade de ações em circulação (líquida das ações em tesouraria); e
- Opções de ações exercíveis.

3.18. Normas, interpretações e orientações novas e revisadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo CPC, mas não estão em vigor para o semestre findo em 30 de junho 2024:

- CPC 50 - Contratos de Seguros (equivalentes ao IFRS 17 *Insurance Contracts*)

O CPC 50 estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O CPC 50 foi aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023.

O CPC 50 será aplicável à Companhia quando adotado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Não há outras normas ou interpretações que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

A Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos do CPC 50.

A norma a seguir não deverá ter um impacto material nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- Estrutura conceitual para relatório financeiro – CPC 00 (R2).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) que ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes às novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

A Companhia adota como definição da estrutura de gestão de risco o conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem: a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO e Enterprise Risk Management – ERM*, em sua versão 2017, cujas etapas de avaliação do ambiente de controle são (i) avaliação de riscos; (ii) atividades de controle; (iii) atividades de monitoramento; e (iv) atividades de informação e comunicação. Estas são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações. O COSO é reconhecido como uma referência internacional no tema e esta versão vem ao encontro das melhores práticas, alinhando o gerenciamento de risco com a estratégia da Companhia.

A Companhia também utiliza o conceito de três linhas de defesa, atualizado pelo Instituto de Auditores Internos - IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e governança dentro de todo o processo de gestão de risco.

A gestão de risco está diretamente relacionada aos objetivos da Companhia, alinhando-se às estratégias de negócios, à definição de seus controles operacionais internos e à busca da excelência na gestão empresarial.

Os quadros abaixo mostram a concentração de risco no âmbito do negócio por região, baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro da Companhia.

Região geográfica	Distribuição de prêmio bruto de resseguro	
	30/06/2024	30/06/2023
Centro Oeste	805	1.067
Nordeste	4.639	12.960
Norte	2.275	572
Sudeste	850.793	831.808
Sul	5.974	6.330
Total	864.486	852.737

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Região geográfica	Distribuição de prêmio líquido de resseguro	
	30/06/2024	30/06/2023
Centro Oeste	533	637
Nordeste	2.796	7.135
Norte	1.378	379
Sudeste	101.122	86.560
Sul	3.519	3.645
Total	109.348	98.356

a) Gestão de risco de subscrição

Um dos principais riscos nas operações de seguros e resseguros é a possibilidade das condições de aceitação estabelecidas para um determinado risco serem inadequadas diante das responsabilidades efetivamente assumidas ou das provisões técnicas se mostrarem insuficientes. Um dos fatores de risco associado de maior relevância é a frustração de expectativas quanto a frequência e/ou valores a pagar de sinistros, o que implicaria em possível insuficiência dos prêmios e/ou provisões para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas frente aos clientes e/ou no incremento da constituição de reservas a fim de que os valores provisionados sejam suficientes para cobertura destas obrigações.

A exposição ao risco é mitigada por meio da diversificação da carteira e seletividade analítica dos riscos subscritos, com a implementação de diretrizes saudáveis e prudentes sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante dos indicadores internos e do mercado para realização de eventuais ajustes.

Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e definidos procedimentos operacionais para avaliação de riscos, assim como um modelo de precificação que segue as premissas de gestão de riscos. Dentre os procedimentos, realizados, contempla-se o regime de alçadas decisórias como suporte a decisões técnicas, sendo estes documentos formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todos os envolvidos.

Adicionalmente, faz-se uso do resseguro como parte do programa de gestão de riscos. O resseguro cedido é contratado em bases proporcionais e não proporcionais.

Do ponto de vista de concentração de negócios, a carteira do ramo de Seguro Garantia corresponde a 64% do total do resultado técnico do segmento de seguros, ou seja, R\$ 25.107 (64% e R\$ 57.300 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade

Para a realização da análise de sensibilidade da sinistralidade, adotou-se como premissa o agravamento de 10% em relação a sinistralidade incorrida por ramo no ano corrente. Adicionalmente, para todos os grupamentos em que a sinistralidade for negativa para o semestre em questão, foi utilizada a premissa de sinistralidade igual a 10% para fins de análise.

As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de resseguro, considerando as seguintes sinistralidades:

	30/06/2024		
	Base	Cenário 10,0%	Impacto
Efeitos brutos de resseguros			
Patrimônio líquido	264.772	252.471	(12.301)
Lucro líquido do semestre	17.568	5.267	(12.301)
Impacto (%) no resultado do semestre			(70,0%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(4,6%)
Efeitos líquidos de resseguro			
Patrimônio líquido	264.772	262.678	(2.094)
Lucro líquido do semestre	17.568	15.474	(2.094)
Impacto (%) no resultado do semestre			(11,9%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(0,8%)
30/06/2023			
Efeitos brutos de resseguros			
Patrimônio líquido	236.762	194.491	(42.271)
Lucro líquido do semestre	14.760	(27.511)	(42.271)
Impacto (%) no resultado do semestre			(286,4%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(17,9%)
Efeitos líquidos de resseguro			
Patrimônio líquido	236.762	234.906	(1.856)
Lucro líquido do semestre	14.760	12.904	(1.856)
Impacto (%) no resultado do semestre			(12,6%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(0,8%)

b) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos da Companhia define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários, bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazos, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Companhia considera a necessidade de caixa e o

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

gerenciamento dos seus ativos e passivos, seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada diariamente através de análise e monitoramento da carteira.

O comitê de investimentos da Companhia se reúne com frequência para analisar a performance da carteira, discutir cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para alocação dos investimentos.

Os riscos financeiros podem ser divididos em quatro categorias de risco principais: mercado, crédito, liquidez e cambial. As informações a seguir serão apresentadas conforme cada categoria mencionada.

1) Risco de mercado

É definido como a possibilidade de perdas resultantes da variação de preços de mercado dos ativos e passivos da Companhia.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value-at-Risk* (VaR), um dos métodos mais tradicionais na gestão deste risco, que consiste numa métrica estatística de avaliação que estima a perda potencial máxima que a carteira poderia sofrer, em um determinado período, com um determinado intervalo de confiança, se consideradas condições normais de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia monitora, diariamente, o risco de mercado e sistêmico da sua carteira de investimentos, através do *Value-at-Risk* (VaR) com intervalos de confiança de 95% e 99%, nos modelos de simulação com dados históricos e paramétrico, no horizonte de tempo de 1 dia e 252 dias úteis.

Além disso, a Companhia realiza teste de estresse na variável de juros, maior componente da carteira de investimentos, assim como no câmbio, a ser visto no item 4) desta nota, risco cambial.

(i) Carteira de investimentos

Segundo a análise do VaR, tais investimentos poderiam gerar pelo método histórico, com janela de observação de 252 dias úteis, “*holding period*” de um dia e com nível de confiança de 95%, observou-se uma perda de 0,10% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2024 (0,13% em 31 de dezembro de 2023), que equivale a R\$ 373. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,19% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2024 (0,18% em 31 de dezembro de 2023), que equivale a R\$ 708.

	30/06/2024		31/12/2023	
	Histórico	Impacto	Histórico	Impacto
VaR 95%	(0,10%)	(373)	(0,13%)	(470)
VaR 99%	(0,19%)	(708)	(0,18%)	(651)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ao utilizar o método paramétrico, considerando o VaR com janela de observação de 252 dias úteis, “*holding period*” de um dia e nível de confiança de 95%, observou-se uma perda de 0,11 % do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2024 (0,13% em 31 de dezembro 2023), que equivale a R\$ 410. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,16% do total de ativos da carteira em 30 de junho de 2024 (0,19% em 31 de dezembro de 2023), que equivale a R\$ 596.

	30/06/2024		31/12/2023	
	Paramétrico	Impacto	Paramétrico	Impacto
VaR 95%	(0,11%)	(410)	(0,13%)	(470)
VaR 99%	(0,16%)	(596)	(0,19%)	(687)

Além das avaliações do VaR, também são levadas em consideração na performance e alocação de ativos na carteira de investimento, cenários estressados da taxa implícita dos títulos indexados à inflação. Para tanto, foram considerados os seguintes cenários base, provável e estressados (variação positiva e negativa de 100bps e 200bps da taxa pré-fixada dos títulos indexados à inflação):

- Cenário base: Foi considerado o mesmo do cenário provável. É o cenário onde a curva do IPCA é igual a curva implícita dos títulos indexados à inflação;
- Cenário I: redução de 200bps, em relação à taxa do cenário base;
- Cenário II: redução de 100bps, em relação à taxa do cenário base;
- Cenário III: aumento de 100bps em relação à taxa do cenário base; e
- Cenário IV: aumento de 200bps em relação à taxa do cenário base.

30/06/2024		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto de impostos
I	(200 bps)	8,2MM
II	(100 bps)	4,1MM
III	100 bps	(4,1MM)
IV	200 bps	(8,2MM)

30/06/2023		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto de impostos
I	(200 bps)	11,3MM
II	(100 bps)	5,7MM
III	100 bps	(5,7MM)
IV	200 bps	(11,3MM)

2) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

A Companhia entende que a principal origem do seu risco de crédito é exposição do resseguro para as operações da Seguradora. Com o objetivo de mitigar tal risco adotou-se análise do Rating de Crédito, determinado por agências classificadoras de riscos. Por ser parte complementar ao processo de subscrição, o rating é observado no processo de aceitação, precificação e alçadas. Adicionalmente, a Companhia monitora as exposições por ressegurador, bem como acompanha e avalia as mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros, assim como do mercado financeiro.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros, componentes da carteira de investimentos além dos títulos públicos do governo federal, é limitado porque as contrapartes são representadas por emissores com elevado rating de crédito avaliado por agências classificadoras de riscos.

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	30/06/2024							Valor contábil
	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 365 dias	Superior a 365 dias	
Disponível	27.141	-	-	-	-	-	-	27.141
Mensurados ao valor justo por meio de resultado								
Privados	50.500	-	-	-	-	-	-	50.500
Públicos	95.286	-	-	-	-	-	-	95.286
Exterior	25.015	-	-	-	-	-	-	25.015
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes								
Privados	20.188	-	-	-	-	-	-	20.188
Públicos	154.273	-	-	-	-	-	-	154.273
Créditos com operações com seguros e resseguros (*)	1.130.866	15.113	1.056	2.121	742	1.145	6.688	1.157.731
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	1.503.269	15.113	1.056	2.121	742	1.145	6.688	1.530.134

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	31/12/2023							Valor contábil
	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 365 dias	Superior a 365 dias	
Disponível	9.057	-	-	-	-	-	-	9.057
Mensurados ao valor justo por meio de resultado								
Privados	43.456	-	-	-	-	-	-	43.456
Públicos	72.484	-	-	-	-	-	-	72.484
Exterior	78.310	-	-	-	-	-	-	78.310
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes								
Privados	10.929	-	-	-	-	-	-	10.929
Públicos	155.828	-	-	-	-	-	-	155.828
Créditos com operações com seguros e resseguros (*)	820.664	1.572	2.820	2.904	1.328	1.337	6.594	837.219
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	1.190.728	1.572	2.820	2.904	1.328	1.337	6.594	1.207.283

*Os valores de créditos com operações com seguros e resseguros estão apresentados brutos da provisão para redução de valor recuperável no total de R\$ 1.150.213 em 30 de junho de 2024 (R\$ 809.903 em 31 de dezembro de 2023).

A tabela a seguir apresenta o risco de crédito nas operações de resseguro a que a Companhia está exposta segregada pela classificação de rating da Standard & Poor's, AM

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Best, Moody's e Fitch. O conceito de exposição leva em consideração as provisões de sinistros, prêmios não ganhos já repassados aos resseguradores e créditos a recuperar conforme orientação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A classificação dessa exposição é dada de acordo com o melhor nivelamento por rating, seguindo a tabela apresentada a seguir.

Adicionalmente, conforme apresentado, a Companhia possui exposição somente com resseguradores de níveis mínimos: BBB+ e B++, nas agências de risco Standard & Poor's e AM Best, respectivamente.

Standard & Poor's Co	Moody's Investor Services	Fitch Ratings	AM Best	30/06/2024		31/12/2023	
				Exposição (em R\$)	Exposição (em %)	Exposição (em R\$)	Exposição (em %)
AAA	Aaa	AAA	A++	18.863	3,0	21.867	4,0
AA+	Aa1	AA+	A+	124.270	19,6	124.842	22,9
AA	Aa2	AA	A+	17	-	49	-
AA-	Aa3	AA-	A+	91.463	14,4	43.401	8,0
A+	A1	A+	A	141.078	22,2	69.372	12,7
A	A2	A	A-	257.457	40,5	284.900	52,3
A-	A3	A-	A-	-	-	-	-
BBB+	Baa1	BBB+	B++	1.708	0,3	408	0,1
Total				634.856	100,0	544.839	100,0

3) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de a Companhia não ser capaz de cumprir suas obrigações financeiras, esperadas ou não, quando forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

A Administração possui monitoramento diário da carteira, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Companhia tem por filosofia ser conservadora na alocação de seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Atualmente a Companhia possui 89,0% (90,8% em 31 de dezembro de 2023) da sua carteira composta por ativos e instrumentos com liquidez diária, representados por depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 4,6% (3,0% em 31 de dezembro de 2023) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e 6,5% (6,2% em 31 de dezembro de 2023) da carteira é composta por um fundo de investimento com prazo de resgate acima de 120 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

30/06/2024

Ativos e passivos	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva/ Custo	Ganho / Perda	Valor contábil
Disponível	27.141	-	-	-	-	27.141
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	148.393	22.408	170.801	170.678	123	170.801
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (*)	174.461	-	174.465	185.860	(11.395)	174.461
Crédito das operações de seguros e resseguros	950.466	199.747	-	-	-	1.150.213
Outros créditos operacionais	2.021	-	-	-	-	2.021
Títulos e créditos a receber	33.948	10.601	-	-	-	44.549
Total de ativos	1.336.430	232.756	345.266	356.538	(11.272)	1.569.186

(*) O valor contábil é o valor de mercado deduzido da redução valor recuperável - RVR de R\$ 4.

Contas a pagar	60.551	-	-	-	-	60.551
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	144.868	154.290	-	-	-	299.158
Débito das operações de seguros e resseguros	889.021	176.196	-	-	-	1.065.217
Depósito de terceiros	9.161	-	-	-	-	9.161
Outros débitos	1.147	9.173	-	-	-	10.320
Total de passivos	1.104.748	339.659	-	-	-	1.444.407

31/12/2023

Ativos e passivos	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva/ Custo	Ganho / Perda	Valor contábil
Disponível	9.057	-	-	-	-	9.057
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	179.405	14.845	194.250	194.226	24	194.250
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	166.757	-	166.757	173.764	(7.007)	166.757
Crédito das operações de seguros e resseguros	731.720	78.183	-	-	-	809.903
Outros créditos operacionais	1.906	-	-	-	-	1.906
Títulos e créditos a receber	17.885	11.803	-	-	-	29.688
Total de ativos	1.106.730	104.831	361.007	367.990	(6.983)	1.211.561
Contas a pagar	43.746	99	-	-	-	43.845
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	131.154	122.152	-	-	-	253.306
Débito das operações de seguros e resseguros	699.434	68.991	-	-	-	768.425
Depósito de terceiros	14.055	-	-	-	-	14.055
Outros débitos	1.305	7.639	-	-	-	8.944
Total de passivos	889.694	198.881	-	-	-	1.088.575

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

4) Risco cambial

A Companhia opera carteira de investimentos em dólares norte-americanos. Conseqüentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio R\$/US\$ afetará sua demonstração de resultado e seu balanço patrimonial.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$ na carteira de investimentos em moeda estrangeira foram considerados os seguintes cenários:

- i. Cenário base: taxa de câmbio PTAX de R\$/US\$ 5,56 em 30 de junho de 2024;
- ii. Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 5,16 estimada para 30 de junho de 2025 pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2024;
- iii. Cenário I: redução de 50,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 2,78);
- iv. Cenário II: redução de 25,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 4,17);
- v. Cenário III: aumento de 25,0% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 6,95); e
- vi. Cenário IV: aumento de 50,0% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 8,34).

30/06/2024		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos (*)
Provável	(7,2%)	(1,3MM)
I	(50,0%)	(8,9MM)
II	(25,0%)	(4,5MM)
III	25,0%	4,5MM
IV	50,0%	8,9MM

30/06/2023		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos (*)
Provável	4,0%	0,4MM
I	(50,0%)	(4,1MM)
II	(25,0%)	(2,0MM)
III	25,0%	2,0MM
IV	50,0%	4,1MM

(*) Impacto no resultado bruto de impostos nas datas de 30/06/2024 e 30/06/2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

30/06/2024										
Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor de mercado	Valor contábil (*)	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações	
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado:										
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	41.124	48.093	78.824	2.760	170.801	170.801	170.678	49,5%	47,9%
Certificado de depósito no exterior	5,30%	-	23.078	72.208	-	95.286	95.286	95.257	27,6%	26,7%
Debêntures	CDI + 1,53%	-	25.015	-	-	25.015	25.015	25.015	7,3%	7,0%
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	-	-	6.616	2.760	9.376	9.376	9.282	2,7%	2,6%
		41.124	-	-	-	41.124	41.124	41.124	11,9%	11,5%
II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:										
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA + 3,74%	-	-	157.665	16.800	174.465	174.461	185.860	50,5%	52,1%
Debentures	CDI + 1,49%	-	-	142.885	11.388	154.273	154.273	165.738	44,6%	46,5%
Debentures IPCA	IPCA + 7,10%	-	-	13.040	4.170	17.210	17.209	17.104	5,0%	4,8%
Letra financeira - LF	CDI + 0,92%	-	-	-	-	1.242	1.240	1.288	0,4%	0,5%
		-	-	1.740	-	1.740	1.739	1.730	0,5%	0,5%
Total		41.124	48.093	236.489	19.560	345.266	345.262	356.538	100,0%	100,0%

(*) O valor contábil é o valor de mercado deduzido da redução valor recuperável - RVR de R\$ 4.

31/12/2023										
Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações	
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:										
Debêntures	CDI+	34.140	102.248	55.098	2.764	194.250	194.250	194.226	53,8%	52,8%
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	-	6.566	2.750	9.316	9.316	9.310	2,6%	2,5%
Certificado de depósito no exterior	5,3%	-	12.443	48.532	14	60.989	60.989	60.972	16,9%	16,6%
Letras do tesouro nacional - LTN	PRÉ	-	78.310	-	-	78.310	78.310	78.310	21,7%	21,3%
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	-	11.495	-	-	11.495	11.494	11.494	3,2%	3,1%
		34.140	-	-	-	34.140	34.140	34.140	9,5%	9,3%
II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:										
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	149.719	17.038	166.757	166.757	173.764	46,2%	47,2%
Debentures	CDI+	-	-	143.199	12.629	155.828	155.828	162.816	43,2%	44,2%
Letra financeira - LF	CDI+	-	-	5.717	4.409	10.126	10.126	10.145	2,8%	2,8%
		-	-	803	-	803	803	803	0,2%	0,2%
Total		34.140	102.248	204.817	19.802	361.007	361.007	367.990	100,0%	100,0%

(i) Os saldos das quotas de fundos de investimentos são compostos pelos seguintes tipos de fundos, a saber: (i) fundo de crédito privado no valor de R\$6.806 (R\$8.009 em 31 de dezembro de 2023); (ii) fundo de investimento em participações no valor de R\$26.845 (R\$22.396 em 31 de dezembro de 2023); (iii) fundos multimercado no valor de R\$4.765 (R\$3.082 em 31 de dezembro de 2023); (iv) fundo de investimento imobiliário no valor de R\$2.022; e (v) fundo de renda fixa no valor de R\$686 (R\$653 em 31 de dezembro de 2023).

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

As quotas dos fundos de investimento são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme informado pelos respectivos administradores.

O valor de mercado dos fundos listados em carteira foi obtido a partir do preço negociado na B3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos de acordo com o CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, como segue:

- Nível 01: Preços cotados e não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, por exemplo: ações listadas, fundos de Investimentos listados, títulos públicos do Governo Federal Brasileiro emitidos no Brasil e no Exterior e títulos corporativos de companhias brasileiras emitidos no exterior; e
- Nível 02: Os Preços finais são obtidos observando-se outras informações, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços), por exemplo: fundos de investimentos não listados, debêntures, letras financeiras e certificados de depósito bancário.

	30/06/2024			31/12/2023		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
<u>I. Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado:</u>						
<u>Fundos de investimento:</u>						
Quotas de fundos de investimentos	6.459	32.643	39.102	7.551	26.589	34.140
Quotas de fundos imobiliários	2.022	-	2.022	-	-	-
<u>Títulos de renda fixa - privados:</u>						
Certificado de depósito no exterior	-	25.015	25.015	-	78.310	78.310
Debêntures	-	9.376	9.376	-	9.316	9.316
<u>Títulos de renda fixa - públicos:</u>						
Letras financeiras do tesouro - LFT	95.286	-	95.286	60.989	-	60.989
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	-	11.495	-	11.495
<u>II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:</u>						
<u>Títulos de renda fixa – privados:</u>						
Debêntures	-	18.452	18.452	-	10.126	10.126
Letra Financeira	-	1.740	1.740	-	803	803
<u>Títulos de renda fixa - públicos:</u>						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	154.273	-	154.273	155.828	-	155.828
Total	258.040	87.226	345.266	235.863	125.144	361.007

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	128.768	145.648	274.416
(+) Aplicações	1.743.075	9.503	1.752.578
(-) Resgates	(1.689.627)	(8.784)	(1.698.411)
(+) Rendimentos	22.851	13.506	36.357
(+/-) Oscilação cambial	(10.820)	-	(10.820)
(+/-) Ajuste ao valor justo	3	6.884	6.887
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	194.250	166.757	361.007
(+) Aplicações	745.625	10.224	755.849
(-) Resgates	(787.431)	(6.392)	(793.823)
(+) Rendimentos	10.178	8.268	18.446
(+/-) Oscilação cambial	8.195	-	8.195
(+/-) Ajuste ao valor justo	(16)	(4.388)	(4.404)
(+/-) Redução de valor recuperável	-	(4)	(4)
Saldo final em 30 de junho de 2024	170.801	174.465	345.266

d) Derivativos

d.1) Exposição

Descrição	Vencimento	Exposição	Valor a (pagar)/ receber
		30/06/2024	30/06/2024
Contratos futuros			
Compromisso de venda			
Taxa de câmbio - dólar futuro DOL	01/08/2024	33.631	(467)
Taxa de câmbio - dólar futuro WDOL	01/08/2024	897	(12)

Descrição	Vencimento	Exposição	Valor a (pagar)/ receber
		31/12/2023	31/12/2023
Contratos futuros			
Compromisso de venda			
Taxa de câmbio - dólar futuro DOL	01/02/2024	52.342	-
Taxa de câmbio - dólar futuro WDOL	01/02/2024	3.631	-

d.2) Margens em garantia

30/06/2024			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
NTN-B	15/08/2026	59	256
NTN-B	15/08/2050	541	2.241
Total		600	2.497

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	01/09/2024	20	300
LFT	01/09/2025	35	526
LFT	01/03/2026	34	510
LFT	01/09/2026	41	615
LFT	01/03/2027	13	195
LFT	01/09/2028	36	537
LFT	01/03/2029	1	15
Total		180	2.698

31/12/2023			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
NTN-B	15/08/2026	59	257
NTN-B	15/08/2050	541	2.485
Total		600	2.742

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	01/03/2024	44	628
LFT	01/09/2026	41	584
LFT	01/03/2028	143	2.029
LFT	01/09/2028	36	510
LFT	01/03/2029	1	14
Total		265	3.765

6. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.993, de 24 de março de 2022, e o CNSP, através da Resolução CNSP nº 453, de 19 de dezembro de 2022, e suas respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão de prêmios não ganhos	1.472.992	1.149.928
Provisão de sinistros a liquidar	265.090	159.457
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	39.392	39.136
Provisão de despesas relacionadas	8.986	8.699
Provisão de excedentes técnicos	166	166
Total das provisões técnicas	1.786.626	1.357.386
Direitos creditórios	(971.248)	(679.698)
Custo de aquisição diferido redutores	(61.189)	(48.558)
Ativos de resseguro redutores de PPNG	(302.445)	(300.142)
Ativos de resseguro redutores de PSL	(249.013)	(147.690)
Ativos de resseguro redutores de IBNR	(33.657)	(34.422)
Ativos de resseguro redutores de PDR	(7.306)	(7.325)
Total das exclusões	(1.624.858)	(1.217.836)
Total das provisões técnicas para cobertura	161.768	139.550

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:

Letras financeiras do tesouro - LFT	40.538	21.100
Notas do tesouro nacional - NTN-B	151.776	153.068
Quotas de fundos de investimentos	21.587	21.430
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	213.901	195.597
Ativos vinculados em excesso	52.133	56.047

7. Crédito das operações com seguros e resseguros

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prêmios a receber de segurados	1.131.749	781.397
Operações com seguradoras	857	2.727
Operações com resseguradoras	17.607	25.779
Total	1.150.213	809.903
Total Circulante	950.466	731.720
Total Não Circulante	199.747	78.183

a) Aging de prêmios a receber:

Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	115.916	284.071
De 31 a 60 dias	254.572	91.134
De 61 a 120 dias	432.328	134.657
De 121 a 180 dias	33.894	82.191
De 181 a 365 dias	75.936	121.922
Superior a 365 dias	199.756	78.183
Total de prêmios a vencer	1.112.402	792.158
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	15.113	1.572
De 31 a 60 dias	1.056	2.820
De 61 a 120 dias	2.121	2.904
De 121 a 180 dias	742	1.328
De 181 a 365 dias	1.145	1.337
Superior a 365 dias	6.688	6.594
Total de prêmios vencidos	26.865	16.555
Redução ao valor recuperável	(7.518)	(27.316)
Total de prêmios a receber	1.131.749	781.397

b) Movimentação dos prêmios a receber

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	781.397	911.893
(+) Prêmios emitidos (*)	1.220.467	1.435.594
(+/-) Riscos vigentes não emitidos	(244.323)	105.154
(+) Imposto sobre operações financeiras	72.740	134.718
(+) Adicional de fracionamento	-	6
(-) Recebimentos	(718.330)	(1.785.741)
(+/-) Redução ao valor recuperável	19.798	(20.227)
Saldo final	1.131.749	781.397

(*) Valor inclui variação cambial e cancelamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024, foi observado que a Companhia tem operado com uma média de parcelamento de 02 vezes.

Cabe destacar que parte dos valores de prêmios vencidos foi contabilizada como redução ao valor recuperável, uma vez que a Companhia considera um risco para o recebimento destes, conforme avaliação do risco de crédito avaliado de forma individualizada para cada cliente.

8. Títulos e créditos a receber

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Títulos e créditos a receber	2.284	2.348
Ressarcimento a receber (a)	2.284	2.348
Créditos tributários e previdenciários (b)	41.553	27.062
Depósitos judiciais	108	108
Outros créditos	604	170
Total	<u>44.549</u>	<u>29.688</u>
Total circulante	33.948	17.885
Total não circulante	10.601	11.803

a) **Aging de ressarcimentos a receber (efetivo e estimado) por grupo de ramo:**

<u>Aging de permanência</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Garantia		
De 1 a 30 dias	366	-
Superior a 365 dias	38.179	38.243
Redução ao valor recuperável	(36.261)	(35.895)
Total do aging	<u>2.284</u>	<u>2.348</u>
<u>Expectativa de realização</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Garantia		
Superior a 365 dias	38.545	38.243
Redução ao valor recuperável	(36.261)	(35.895)
Total do aging	<u>2.284</u>	<u>2.348</u>

b) **Créditos tributários e previdenciários:**

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários e ativos fiscais diferidos pelos respectivos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Tributos e contribuições a compensar/recuperar (i)	17.851	16.978
Tributos retidos na fonte (ii)	14.539	-
Créditos Tributários de PIS e COFINS (iii)	846	629
IRPJ e CSLL diferidos (iv) (b.1)	8.317	9.455
Total	<u>41.553</u>	<u>27.062</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Total circulante	33.236	17.607
Total não circulante	8.317	9.455

- (i) Créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL e PIS, COFINS, IOF, IR e CSLL pagos a maior;
- (ii) Tributos retidos na fonte provenientes de apólices emitidas para órgãos públicos e sociedades de economia mista;
- (iii) Créditos tributários de PIS e COFINS calculados sobre o saldo de Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL e Provisão de Sinistros ocorridos e não avisados - IBNR; e
- (iv) Créditos Tributários sobre diferenças temporárias.

b.1) Movimentação impostos diferidos:

	31/12/2023	Adições	Baixas	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	30/06/2024
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	9.455	3.773	(4.911)	(2.893)	1.755	8.317
Ajuste a valor de mercado - VJR	3.292	495	(1.319)	(824)	-	2.468
Ajuste a valor de mercado - VJORA	2.802	1.957	(202)	-	1.755	4.557
Outras provisões	3.097	1.259	(3.378)	(2.119)	-	978
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	264	62	(12)	50	-	314
Total	9.455	3.773	(4.911)	(2.893)	1.755	8.317

	31/12/2022	Adições	Baixas	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	31/12/2023
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	14.519	11.355	(16.419)	(2.310)	(2.754)	9.455
Ajuste a Valor de Mercado - VJR	4.100	1.462	(2.270)	(808)	-	3.292
Ajuste a Valor de Mercado - VJORA	5.556	1.539	(4.293)	-	(2.754)	2.802
Outras provisões	4.719	8.225	(9.847)	(1.622)	-	3.097
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	144	129	(9)	120	-	264
Total	14.519	11.355	(16.419)	(2.310)	(2.754)	9.455

9. Custos de aquisição diferidos

A Companhia apresentava um saldo de custos de aquisição diferidos conforme tabela abaixo:

<u>Grupos / Ramos</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Garantia	116.446	103.141
Riscos de petróleo	1.232	3.070
R.C. Administradores e diretores	1.113	1.047
Responsabilidade cível geral	757	606
R.C. Profissional	784	897
Outros	118	494
Total	120.450	109.255

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Total circulante	51.303	49.201
Total não circulante	69.147	60.054

Companhia apresentava movimentação de custos de aquisição diferidos conforme tabela abaixo:

	31/12/2023	Constituição	Diferimento / Cancelamento	30/06/2024
Garantia	103.141	621.964	(608.659)	116.446
Riscos de petróleo	3.070	12.320	(14.158)	1.232
R.C. Administradores e diretores	1.047	6.592	(6.526)	1.113
Responsabilidade cível geral	606	4.131	(3.980)	757
R.C. Profissional	897	5.025	(5.138)	784
Outros	494	1.521	(1.897)	118
Total	109.255	651.553	(640.358)	120.450

	31/12/2022	Constituição	Diferimento / Cancelamento	31/12/2023
Garantia	86.808	1.085.465	(1.069.132)	103.141
Riscos de petróleo	1.299	42.646	(40.875)	3.070
R.C. Administradores e diretores	996	12.752	(12.701)	1.047
Responsabilidade cível geral	493	7.014	(6.901)	606
R.C. Profissional	882	10.275	(10.260)	897
Outros	1.655	13.223	(14.384)	494
Total	92.133	1.171.375	(1.154.253)	109.255

10. Impostos e encargos sociais a recolher

	30/06/2024	31/12/2023
Imposto de renda retido	257	2.873
Imposto sobre serviço retido	65	104
Imposto operações financeiras	52.751	16.947
Contribuições previdenciárias	358	304
Outros impostos e encargos sociais	142	210
Total	53.573	20.438

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

11. Débitos das operações com seguros e resseguros

• Operações com resseguradoras

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prêmios de resseguro cedido	1.070.906	787.058
Comissão	(119.261)	(107.456)
Repasse de ressarcimento	2.937	2.957
Total	<u>954.582</u>	<u>682.559</u>
Total circulante	816.737	634.226
Total não circulante	137.845	48.333

12. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de seguros diretos e prêmios de cosseguro aceito, cujas apólices ainda não foram identificadas, sendo classificados no passivo circulante. O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
De 1 a 30 dias	469	6.110
De 31 a 60 dias	697	2.172
De 61 a 120 dias	934	2.070
De 121 a 180 dias	2.531	179
De 181 a 365 dias	1.232	603
Superior a 365 dias	3.298	2.921
Total	<u>9.161</u>	<u>14.055</u>

13. Provisões técnicas

a) Composição das provisões técnicas

	<u>30/06/2024</u>			<u>31/12/2023</u>		
	<u>Bruto</u>	<u>Cedido</u>	<u>Retido</u>	<u>Bruto</u>	<u>Cedido</u>	<u>Retido</u>
Provisões de sinistros						
Provisão de sinistros a liquidar	265.090	(248.951)	16.139	159.457	(147.690)	11.767
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	39.392	(33.645)	5.747	39.136	(34.422)	4.714
Provisão de despesas relacionadas	8.986	(7.305)	1.681	8.699	(7.324)	1.375
Total	<u>313.468</u>	<u>(289.901)</u>	<u>23.567</u>	<u>207.292</u>	<u>(189.436)</u>	<u>17.856</u>
Provisões de prêmios						
Provisão de prêmios não ganhos	1.472.992	(1.197.567)	275.425	1.149.928	(914.644)	235.284
Provisão excedente técnico	166	-	166	166	-	166
Total	<u>1.473.158</u>	<u>(1.197.567)</u>	<u>275.591</u>	<u>1.150.094</u>	<u>(914.644)</u>	<u>235.450</u>
Total das provisões	<u>1.786.626</u>	<u>(1.487.468)</u>	<u>299.158</u>	<u>1.357.386</u>	<u>(1.104.080)</u>	<u>253.306</u>
Circulante	1.304.604	(1.159.736)	144.868	1.064.983	(933.829)	131.154
Não circulante	482.022	(327.732)	154.290	292.403	(170.251)	122.152

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

b) Movimentação

As movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela a seguir:

	30/06/2024			31/12/2023		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Desenvolvimento da PSL						
Em 1º de janeiro	159.457	(147.690)	11.767	146.258	(138.833)	7.425
Sinistros ocorridos no semestre	95.607	(82.063)	13.544	45.257	(25.523)	19.734
Sinistros pagos no semestre	(17.106)	6.701	(10.405)	(30.768)	14.902	(15.866)
Variação cambial	25.721	(24.963)	758	(3.759)	3.510	(249)
Atualização monetária	1.411	(998)	413	2.469	(1.746)	723
Redução ao valor recuperável	-	62	62	-	-	-
No final do semestre	265.090	(248.951)	16.139	159.457	(147.690)	11.767
Desenvolvimento da provisão de IBNR						
Em 1º de janeiro	39.136	(34.422)	4.714	36.053	(31.631)	4.422
Variação da provisão de IBNR	256	766	1.022	3.083	(2.791)	292
Redução ao valor recuperável	-	11	11	-	-	-
No final do semestre	39.392	(33.645)	5.747	39.136	(34.422)	4.714
Desenvolvimento da PDR						
Em 1º de janeiro	8.699	(7.324)	1.375	9.023	(7.573)	1.450
Despesas ocorridas no semestre	3.697	(2.796)	901	3.008	(2.370)	638
Despesas pagas no semestre	(3.604)	2.957	(647)	(3.511)	2.760	(751)
Variação cambial	23	(22)	1	(2)	2	-
Atualização monetária	171	(121)	50	181	(143)	38
Redução ao valor recuperável	-	1	1	-	-	-
No final do semestre	8.986	(7.305)	1.681	8.699	(7.324)	1.375
Desenvolvimento das provisões de prêmios - PPNG						
Em 1º de janeiro	1.149.928	(914.644)	235.284	988.346	(786.292)	202.054
Prêmios emitidos no semestre	864.486	(755.138)	109.348	1.433.480	(1.264.002)	169.478
Prêmio ganho no semestre	(602.481)	531.553	(70.928)	(1.258.068)	1.121.667	(136.401)
Variação cambial	61.059	(59.338)	1.721	(13.830)	13.983	153
No final do semestre	1.472.992	(1.197.567)	275.425	1.149.928	(914.644)	235.284
Desenvolvimento da PET						
Em 1º de janeiro	166	-	166	563	-	563
Variação da PET	-	-	-	(397)	-	(397)
No final do semestre	166	-	166	166	-	166
Total das provisões técnicas	1.786.626	(1.487.468)	299.158	1.357.386	(1.104.080)	253.306

14. Desenvolvimento de sinistros

Tabela de desenvolvimento de sinistros administrativos brutos de resseguro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Ano de aviso (**)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Até a data-base	123.881	4.441	89.281	264.616	30.396	19.170	111.583	60.862	122.403	5.964
Um ano mais tarde	86.059	39.251	110.838	266.906	109.338	25.155	108.028	65.886	198.024	-
Dois anos mais tarde	88.602	47.754	103.413	255.142	113.810	25.628	30.165	68.034	-	-
Três anos mais tarde	88.601	14.259	103.779	210.089	88.082	23.157	24.542	-	-	-
Quatro anos mais tarde	88.601	5.906	104.719	183.879	86.474	24.571	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	88.607	5.855	104.579	176.926	86.471	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	88.607	5.855	104.579	176.985	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	88.590	5.855	104.579	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	88.590	47.547	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	88.590	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 30/06/2024	88.590	47.547	104.579	176.985	86.471	24.571	24.542	68.034	198.024	5.964

Falta acumulada (*)	(35.291)	43.106	15.298	(87.631)	56.075	5.401	(87.041)	7.172	75.621	-
Falta acumulada (%)	(28%)	971%	17%	(33%)	184%	28%	(78%)	12%	62%	-

Ano de pagamento	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Até a data-base	686	2.083	76.050	25.983	7.212	217	6.660	47.903	18.862	321
Um ano mais tarde	80.376	2.905	89.248	162.774	19.953	1.905	21.584	56.211	23.806	-
Dois anos mais tarde	88.590	2.905	100.241	173.750	23.471	5.428	22.795	67.994	-	-
Três anos mais tarde	88.590	2.905	100.241	174.263	84.705	6.086	22.795	-	-	-
Quatro anos mais tarde	88.590	5.905	101.760	174.493	85.810	6.086	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	88.590	5.855	104.413	175.117	85.810	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	88.590	5.855	104.413	175.122	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	88.590	5.855	104.413	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	88.590	5.855	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	88.590	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 30/06/2024	88.590	5.855	104.413	175.122	85.810	6.086	22.795	67.994	23.806	321

Provisão de sinistros a liquidar	123.605	8.342	49.888	305.082	141.853	196.285	257.315	132.532	140.296	244.514
Provisão sinistro ocorrido não avisado	10.167	12.732	49.278	51.866	31.485	32.094	37.766	33.866	39.136	39.216
Provisão de despesas relacionadas	-	-	-	5.201	5.465	7.165	10.174	7.285	6.372	6.486
Total de passivo	133.772	21.074	99.166	362.149	178.803	235.544	305.255	173.683	185.804	290.216

Ano de aviso (**)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Até a data-base	4.441	89.281	264.616	30.396	19.170	111.583	60.862	122.403
Um ano mais tarde	39.251	110.838	266.906	109.338	25.155	108.028	65.886	-
Dois anos mais tarde	47.754	103.413	255.142	113.810	25.628	30.165	-	-
Três anos mais tarde	14.259	103.779	210.089	88.082	23.157	-	-	-
Quatro anos mais tarde	5.906	104.719	183.879	86.474	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	5.855	104.579	176.926	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	5.855	104.579	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	5.855	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2023	5.855	104.579	176.926	86.474	23.157	30.165	65.886	122.403

Falta acumulada (*)	1.414	15.298	(87.690)	56.078	3.987	(81.418)	5.024	-
Falta acumulada (%)	32%	17%	(33%)	184%	21%	(73%)	8%	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Ano de pagamento	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Até a data-base	2.083	76.050	25.983	7.212	217	6.660	47.903	18.862
Um ano mais tarde	2.905	89.248	162.774	19.953	1.905	21.584	56.211	-
Dois anos mais tarde	2.905	100.241	173.750	23.471	5.428	22.795	-	-
Três anos mais tarde	2.905	100.241	174.263	84.705	6.086	-	-	-
Quatro anos mais tarde	2.905	101.760	174.493	85.810	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	5.855	104.413	175.117	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	5.855	104.413	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	5.855	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2023	5.855	104.413	175.117	85.810	6.086	22.795	56.211	18.862
Provisão de sinistros a liquidar	8.342	49.888	305.082	141.853	196.285	257.315	132.532	140.295
Provisão sinistro ocorrido não avisado	12.732	49.278	51.866	31.485	32.094	37.766	33.866	39.136
Provisão de despesas relacionadas	-	-	5.201	5.465	7.165	10.174	7.285	6.371
Total de passivo	21.074	99.166	362.149	178.803	235.544	305.255	173.683	185.802

(*) Diferença entre as estimativas inicial e final

(**) Sinistros avisados contemplam correção monetária, líquidos da expectativa de ressarcimento.

Tabela de desenvolvimento de sinistros judiciais brutos de resseguro.

Ano de aviso (**)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Até a data-base	7.125	-	28.476	-	-	-	-	221	-	39
Um ano mais tarde	8.636	55	29.362	587	-	-	-	3.797	-	-
Dois anos mais tarde	11.042	2.482	29.325	1.678	-	-	27	4.123	-	-
Três anos mais tarde	25.495	3.244	29.326	1.936	-	-	29	-	-	-
Quatro anos mais tarde	114.625	5.758	29.327	2.316	-	-	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	117.462	5.745	29.328	2.646	-	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	118.265	5.816	29.329	2.871	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	119.036	6.665	29.330	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	119.689	7.165	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	120.066	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 30/06/2024	120.066	7.165	29.330	2.871	-	-	29	4.123	-	39
Falta acumulada (*)	112.941	7.165	854	2.871	-	-	29	3.902	-	-
Falta acumulada (%)	1.585%	-	3%	-	-	-	-	1.766%	-	-
Ano de pagamento	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Até a data-base	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Um ano mais tarde	-	-	29.320	-	-	-	-	53	-	-
Dois anos mais tarde	-	-	29.320	-	-	-	-	-	-	-
Três anos mais tarde	-	-	29.320	-	-	-	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde	112.500	-	29.320	-	-	-	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	113.670	-	29.320	-	-	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	113.670	-	29.320	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	113.670	-	29.320	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	113.670	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	113.670	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 30/06/2024	113.670	-	29.320	-	-	-	-	53	-	-
Provisão de sinistros a liquidar	7.156	8.672	39.613	29.068	5.961	11.234	12.283	13.726	19.163	20.576
Provisão sinistro ocorrido não avisado	-	-	-	-	-	-	-	2.187	-	176
Provisão de despesas relacionadas	3	1.155	1.486	1.161	664	1.443	1.565	1.736	2.329	2.500
Total de passivo	7.159	9.827	41.099	30.229	6.625	12.677	13.848	17.649	21.492	23.252

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ano de aviso (**)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Até a data-base	7.125	-	28.476	-	-	-	-	221	-
Um ano mais tarde	8.636	55	29.362	587	-	-	-	3.797	-
Dois anos mais tarde	11.042	2.482	29.325	1.678	-	-	27	-	-
Três anos mais tarde	25.495	3.244	29.326	1.936	-	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde	114.625	5.758	29.327	2.316	-	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	117.462	5.745	29.328	2.646	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	118.265	5.816	29.329	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	119.035	6.665	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	119.689	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2023	119.689	6.665	29.329	2.646	-	-	27	3.797	-
Falta acumulada (*)	112.564	6.665	853	2.646	-	-	27	3.576	-
Falta acumulada (%)	1.580%	-	3%	-	-	-	-	1.618%	-

Ano de pagamento	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Até a data-base	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Um ano mais tarde	-	-	29.320	-	-	-	-	-	-
Dois anos mais tarde	-	-	29.320	-	-	-	-	-	-
Três anos mais tarde	-	-	29.320	-	-	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde	112.500	-	29.320	-	-	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	113.670	-	29.320	-	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	113.670	-	29.320	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	113.670	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	113.670	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2023	113.670	-	29.320	-	-	-	-	-	-

Provisão de sinistros a liquidar	7.156	8.672	39.613	28.068	5.961	11.234	12.283	13.726	19.162
Provisão sinistro ocorrido não avisado	-	-	-	-	-	-	-	2.187	-
Provisão de despesas relacionadas	3	1.155	1.486	1.161	664	1.443	1.565	1.736	2.328
Total de passivo	7.159	9.827	41.099	29.229	6.625	12.677	13.848	17.649	21.490

(*) Diferença entre as estimativas inicial e final

(**) Sinistros avisados contemplam correção monetária, líquidos da expectativa de ressarcimento.

15. Provisões judiciais

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as ações judiciais de natureza cível que tiveram origem em sinistros, nas quais a Companhia figura no polo passivo, estão provisionadas na rubrica de “sinistro a liquidar judicial”. A movimentação dos valores provisionados está demonstrada na tabela abaixo:

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	19.162	13.726
Adições	1.817	8.802
Baixas	(403)	(3.366)
Total	20.576	19.162

A Companhia possui ações de natureza cível na qualidade de ré, totalizando 44 ações com probabilidade de perda possível (44 ações em 31 de dezembro de 2023), com valores em risco no montante total de R\$35.779 (R\$33.341 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$116.125 representado por 69.151.585 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O acionista da Companhia, através de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de março de 2024, aprovou o aumento do capital social, no valor de R\$17.400, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte das reservas de lucro da Companhia. O referido aumento foi homologado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP através da portaria publicada no dia 26/07/2024.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal e pela reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída ao final do exercício por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros, conforme critérios pré-estabelecidos pela Lei das S.A.

c) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Patrimônio líquido	264.772	249.755
Ajustes contábeis	(9.544)	(9.933)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	18.126	16.439
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	-	(500)
Patrimônio líquido ajustado – PLA	273.354	255.761
Capital base - CB (a)	15.000	15.000
Capital adicional de risco de subscrição	26.207	23.225
Capital adicional de risco operacional	8.457	8.595
Capital adicional de risco de crédito	33.988	24.254
Capital adicional de risco de mercado	12.115	11.736
Benefício da diversificação	(15.353)	(13.309)
Capital de risco - CR (b)	65.414	54.501
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	65.414	54.501
Patrimônio líquido ajustado	273.354	255.761
(-) Exigência de capital - EC	65.414	54.501
Suficiência de capital - R\$	207.940	201.260
Suficiência de capital (% PLA / CMR)	417,9%	469,3%

O capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior valor entre capital base e o capital de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

17. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia. As condições gerais de outorga foram as mesmas em relação ao primeiro plano de opção de compra de ações que se encontram divulgadas acima.

O primeiro plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas foram definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O segundo plano estabeleceu condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas foram definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções foram estabelecidos em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não tenham sido passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese de o contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, e aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de março de 2022, foi aprovado o terceiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O terceiro plano estabeleceu os termos e condições gerais de outorga de opções de compra de ações ordinárias e/ou preferenciais (caso existam no momento da entrega de cada ação) de emissão da Austral Participações aos administradores, colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços à Austral Participações, e outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, da Austral Participações e/ou às demais sociedades do grupo econômico, sendo certo que, segundo as diretrizes e condições estabelecidas no referido plano, este será liquidado em ações da Austral Participações, caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento do preço de exercício a ser efetuado pelo beneficiário.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2022, foi aprovada a outorga de 21.538.172 opções de compra de ações no âmbito do terceiro plano. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os beneficiários em 01 de abril de 2022.

As 25.538.209 opções vigentes representam uma diluição de até 8,1% sobre um total de 291.233.306 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores da Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital no semestre findo em 30 de junho de 2024, no montante de R\$ 4.528 (R\$ 4.103 em 30 de junho de 2023).

18. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas referem-se a:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Ativo	
	30/06/2024	31/12/2023
Austral Resseguradora S.A. - Coligada (a)	32.186	25.539
Total	32.186	25.539

	Passivo	
	30/06/2024	31/12/2023
Austral Participações S.A. - Controladora (b)	-	15.970
Austral Resseguradora S.A. - Coligada (a)	58.579	55.265
Vinci Gestora de Recursos - Coligada (c)	32	31
Total	58.611	71.266

	Receita	
	30/06/2024	30/06/2023
Austral Resseguradora S.A. - Coligada (a)	11.080	9.755
Administradores - Outros (d)	468	-
Total	11.548	9.755

	Despesa	
	30/06/2024	30/06/2023
Austral Resseguradora S.A. - Coligada (a)	(29.931)	(27.349)
Vinci Gestora de Recursos - Coligada (c)	(204)	(189)
Administradores - Outros (d)	(5.497)	(5.282)
Total	(35.632)	(32.820)

- (a) São prêmios e recuperação de sinistros referentes a contratos de resseguros;
(b) Valor referente JCP a pagar para a Austral Participações S.A.;
(c) São operações que envolvem pagamento de taxa de administração da carteira de investimento para a Companhia; e
(d) Valor referente ao *Stock Options*, remunerações pagas e a pagar aos administradores (diretoria estatutária) e seguro emitido (pessoal chave).

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, estão reconciliados, como se segue:

	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	30/06/2024	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2023
Resultado antes dos impostos e após participações sobre o lucro (*)	29.214	29.214	24.597	24.597
Alíquota nominal	25%	15%	25%	15%
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(7.304)	(4.382)	(6.149)	(3.689)
Adições e exclusões temporárias:				
Variação cambial	560	560	(884)	(884)
Ajuste a valor de mercado	(2.058)	(2.058)	(47)	(47)
Participação nos lucros	(6.477)	(6.477)	(6.860)	(6.860)
Outras provisões	744	744	1.040	1.040
Total	(7.231)	(7.231)	(6.751)	(6.751)
Adições e exclusões permanentes:				
Despesas indedutíveis	68	68	116	116

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

IRPJ e CSSL correntes	(5.446)	(3.307)	(4.442)	(2.694)
IRPJ e CSSL diferidos	(1.808)	(1.085)	(1.688)	(1.012)
Total das Despesa com IRPJ e CSSL	(7.254)	(4.392)	(6.130)	(3.706)
Alíquota efetiva	24,8%	15,0%	24,9%	15,1%

(*) No resultado antes dos impostos está sendo somado o montante referente a despesas com participações sobre o lucro que em 30 de junho de 2024 é de R\$ 211 (R\$ 41 em 30 de junho de 2023).

20. Resultado por ação – básico e diluído

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido dos semestres aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	30/06/2024	30/06/2023
Lucro líquido do semestre	17.568	14.760
Média ponderada das ações	69.152	69.177
Resultado por ação em R\$ - Básico e Diluído	0,2540	0,2134

O resultado por ação básico é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano.

O resultado por ação diluído é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria. Nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, a Companhia não possuía fatores diluidores.

21. Ramos de atuação

Os ramos em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 são:

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade % (a)		Índice de comercialização % (b)	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Garantia	101.580	86.879	0,9	7,3	22,1	21,2
Responsabilidade Civil Geral	3.107	2.338	32,8	10,6	20,1	19,4
R.C. Administradores e Diretores	10.294	11.389	(2,0)	34,1	9,5	8,5
R.C. Riscos Ambientais	307	294	(18,8)	(10,4)	15,9	15,7
Responsabilidade Civil Profissional	3.615	3.074	24,6	23,8	21,5	22,0
Riscos de Engenharia	-	64	-	148,8	-	11,6
Riscos de Petróleo	447.734	432.374	21,4	(4,2)	0,5	0,6
Lucros Cessantes	8	3.506	(489,9)	(17,8)	15,1	3,9
Riscos Nomeados e Operacionais	33.101	40.655	4,2	(0,1)	-	-
Compreensivo Empresarial	35	85	-	-	15,0	15,2
Riscos Marítimos - cascos	2.700	17.184	(8,8)	269,8	11,9	7,2
Transportes	-	480	-	3,6	-	3,0
Total de prêmios ganhos	602.481	598.322	16,5	6,5	4,6	4,1

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

- (a) Índice de Sinistralidade = {indenizações avisadas + despesas com sinistros - salvados e ressarcimentos + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)} / prêmio ganho.
(b) Índice de Comercialização = custo de aquisição / prêmio ganho.

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023:

Ramos	Prêmio Direto Líquido de Cosseguro Cedido		Prêmio Cedido Resseguro		Seguro (-) Resseguro = Prêmio Retido		Percentual de Retenção		Percentual Ressegurado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Garantia	118.235	78.726	(52.382)	(35.326)	65.853	43.400	55,7	55,1	44,3	44,9
R.C. Administradores Diretores	8.172	6.004	(3.420)	(2.710)	4.752	3.294	58,2	54,9	41,9	45,1
R.C. Riscos Ambientais	243	255	(84)	(107)	159	148	65,4	58,0	34,6	42,0
Responsabilidade Civil Geral	3.521	3.012	(66)	(75)	3.455	2.937	98,1	97,5	1,9	2,5
R.C. Profissional	2.953	2.813	(1.026)	(1.146)	1.927	1.667	65,2	59,3	34,7	40,7
Riscos de Petróleo	938.702	801.616	(920.863)	(771.781)	17.839	29.835	1,9	3,7	98,1	96,3
Riscos Nomeados Operacionais	(1.002)	122.883	1.008	(118.792)	6	4.091	(0,6)	3,3	100,6	96,7
Compreensivo Empresarial	14	65	(9)	(43)	5	22	35,7	33,8	64,3	66,2
Riscos Marítimos - casco	(56)	8.737	20	(5.598)	(36)	3.139	64,3	35,9	35,7	64,1
Transportes	-	(23)	-	(382)	-	(405)	-	1.760,9	-	(1.660,9)
Total	1.070.782	1.024.088	(976.822)	(935.960)	93.960	88.128	8,8	8,6	91,2	91,4

Ramos	Prêmio Emitido Cosseguro Aceito		Prêmio Cedido Resseguro		Cosseguro (-) Resseguro = Prêmio Retido		Percentual de Retenção		Percentual Ressegurado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Garantia	31.222	31.950	(13.582)	(14.161)	17.640	17.789	56,5	55,7	43,5	44,3
R.C. Administradores Diretores	6.343	10.028	(4.550)	(8.290)	1.793	1.738	28,3	17,3	71,7	82,7
R.C. Riscos Ambientais	66	63	(36)	(35)	30	28	45,5	44,4	54,5	55,6
R.C. Profissional	392	9	(140)	-	252	9	64,3	100,0	35,7	-
Responsabilidade Civil Geral	-	50	-	(20)	-	30	-	60,0	-	40,0
Marítimos - casco	4	937	(2)	(626)	2	311	50,0	33,2	50,0	66,8
Total	38.027	43.037	(18.310)	(23.132)	19.717	19.905	51,9	46,3	48,1	53,8

Ramos	Prêmio Risco Vigente Não Emitido - RVNE		Prêmio Cedido Resseguro de RVNE		Cosseguro (-) Resseguro = Prêmio Retido		Percentual de Retenção		Percentual Ressegurado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Garantia	558	616	(147)	(532)	411	84	73,7	13,6	26,3	86,4
R.C. Administradores Diretores	(7.820)	(8.400)	6.741	7.603	(1.079)	(797)	13,8	9,5	86,2	90,5
R.C. Riscos Ambientais	(20)	(3)	13	4	(7)	1	35,0	(33,3)	65,0	133,3
Responsabilidade Civil Geral	12	(429)	46	4	58	(425)	483,3	99,1	(383,3)	0,93
R.C. Profissional	(203)	(392)	194	245	(9)	(147)	4,4	37,5	95,6	62,5
Riscos de Petróleo	(236.362)	(80.752)	232.759	76.428	(3.603)	(4.324)	1,5	5,3	98,5	94,7
Lucros Cessantes	-	(107)	-	91	-	(16)	-	14,9	-	85,1
Riscos Nomeados Operacionais	-	(124.549)	-	120.538	-	(4.011)	-	3,2	-	96,8
Marítimos - casco	(489)	(372)	389	331	(100)	(41)	20,5	11,0	79,6	89,0
Total	(244.324)	(214.388)	239.995	204.712	(4.329)	(9.676)	1,8	4,5	98,2	95,5

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Resseguradora local	(370.690)	(588.430)
Resseguradora admitida	(207.797)	(126.852)
Resseguradora eventual	(176.651)	(39.098)
Total	(755.138)	(754.380)

22. Detalhamento de contas de resultado

a) Prêmios	30/06/2024	30/06/2023
Prêmios emitidos direto	1.106.912	1.046.194
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	38.027	43.037
Prêmio cosseguro cedido a congêneres	(36.130)	(22.106)
Prêmio riscos vigentes não emitidos	(244.324)	(214.388)
Variação das provisões técnicas	(262.004)	(254.415)
Prêmios ganhos	602.481	598.322
b) Sinistros ocorridos	30/06/2024	30/06/2023
Indenizações diretas	(100.252)	(44.817)
Despesas diretas	(4.296)	(2.274)
Recuperação de sinistro	5.245	8.097
Sinistros ocorridos, mas não avisados direto	(256)	347
Total	(99.559)	(38.647)
c) Custo de aquisição	30/06/2024	30/06/2023
Comissões sobre prêmios emitidos	(43.948)	(34.036)
Recuperação de comissão de cosseguro	6.127	2.191
Variação despesa de comercialização diferida	11.027	9.469
Outros custos de aquisição	(703)	(2.123)
Total	(27.497)	(24.499)
d) Outras receitas e despesas operacionais	30/06/2024	30/06/2023
Tarifas bancárias	(14)	(11)
Inspeção de risco	(68)	(52)
Provisão para perda de valor recuperável – Seguros	(528)	(838)
Provisão para perda de valor recuperável – Resseguros	153	571
Despesas com emissão de apólice	(5)	(4)
Despesas com operações de seguros	(747)	(1.400)
Outras despesas	(2)	(89)
Total	(1.211)	(1.823)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

e) Resultado com resseguro

	30/06/2024	30/06/2023
Recuperação de indenização	93.865	30.710
Recuperação de despesas com indenização	3.309	1.630
Recuperação sinistros ocorridos, mas não avisados	(1.275)	979
Prêmio cedido em resseguro	(755.138)	(754.380)
Repasse de salvados e ressarcimento	(283)	-
Provisão de prêmio não ganho	223.585	223.508
Redução ao valor recuperável - sinistro	273	-
Outros resultados com operações de resseguro	78	(59)
Total	(435.586)	(497.612)

f) Despesas administrativas

	30/06/2024	30/06/2023
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(12.292)	(12.274)
Despesas com incentivo baseado em ações	(153)	(630)
Despesas com localização e funcionamento	(966)	(1.116)
Despesas com serviços de terceiros	(3.992)	(4.090)
Despesas com depreciação e amortização	(2.481)	(1.901)
Outras despesas	(367)	(923)
Total	(20.251)	(20.934)

g) Despesas com tributos

	30/06/2024	30/06/2023
Despesas com COFINS	(6.418)	(5.496)
Despesas com PIS	(1.226)	(1.037)
Taxa de fiscalização	(551)	(477)
Outras despesas	(233)	(173)
Total	(8.428)	(7.183)

h) Resultado financeiro

Receitas

	30/06/2024	30/06/2023
Títulos mensurados ao VJR	19.621	18.064
Títulos mensurados ao VJORA	12.102	9.570
Com operações de seguros	64.244	53.319
Valorização cambial do disponível	2.564	2.358
Ajuste derivativos - futuro	11.255	11.724
Outras receitas	892	219
Total das receitas	110.678	95.254

Despesas

Títulos mensurados ao VJR	(1.264)	(14.492)
Títulos mensurados ao VJORA	(3.834)	(1.394)
Com operações de seguros	(68.727)	(41.892)
Encargos com obrigações	(342)	(207)
Desvalorização cambial do disponível	(233)	(10.700)
Ajuste derivativos - futuro	(15.878)	(8.648)
Outras despesas	(924)	(907)
Total das despesas	(91.202)	(78.240)

Total

19.476	17.014
---------------	---------------

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e para os semestres findos em 30 de junho de
2024 e 2023
(Em milhares de reais)

23. Responsáveis

Conselheiros:

Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Gabriel Felzenszwalb
Michel Cukierman

Diretor-presidente:

Carlos Frederico da Costa Leite Ferreira

Diretoria:

Rodrigo Ferreira de Campos
Claudia Novello Ribeiro
Rodolfo Arashiro Rodriguez
André Machado Caldeira

Contadora:

Ana Carolina Gonçalves Schaefer
CRC RJ - 113827/O-0

Atuário:

Rafael Santos Calzavara
MIBA nº 2582